

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO AMANA INSTITUÍDA PELO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – DR. PAULO SÉRGIO CAMARGO.

Ref.: EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 – FLORESTA NACIONAL DO AMANÁ

Processo nº 21000.077933/2021-06

**EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 15.294.432/0001-20, com sede no Lote 13, Quadra A, Setor B, s/nº, Distrito Industrial de Icoaraci, Maracacuera, CEP: 66.815-618, Belém/PA, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu representante legal ao final identificado, com fundamento no item 10.6.8 do edital, artigo 109, inciso I, alínea “b”, e § 2º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 5º, inciso LV e XXXIV, alínea “a”, da CF/88, e pelo princípio da ampla defesa e do contraditório substancial, interpor:

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra à r. **DECISÃO ADMINISTRATIVA PUBLICADA EM 06/06/2022 NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3, Nº 106**, que classificou as propostas técnicas de diversas licitantes referentes às UMF's I, II e III do Lote III da Floresta Nacional do Amana (FLONA AMANA), pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir.

Requer-se, desde já, que este D. Presidente exerça o juízo de retratação quanto a r. decisão supracitada, a fim de reconsiderar *in totum* a mesma, ou, caso a mantenha, seja o presente recurso recebido e processado, nos termos da Lei 8.666/93<sup>1</sup>, encaminhando-o para análise do Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Belém/PA, 10 de junho de 2022.

**EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA**  
CNPJ nº 15.294.432/0001-20

<sup>1</sup> Art. 109. (...)

§ 4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO.**

**Edital de Concorrência nº 001/2022 (FLONA AMANA)**

**Recorrente: EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA**

**Recorridas: BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA e FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA.**

**1 – DA TEMPESTIVIDADE:**

A empresa recorrente tomou ciência acerca da decisão administrativa que classificou as propostas técnicas das empresas recorridas em 06/06/2022 (segunda-feira), conforme a publicação do resultado de classificação das propostas proferido pelo presidente desta CEL no diário oficial da união (DOU) Edição nº 106, Seção nº 3.

Deste modo, após a publicação oficial do referido resultado, iniciou-se a contagem do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição do presente recurso, nos termos do que prevê a Lei Federal nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

b) julgamento das propostas;

De igual forma prevê o item 10.6.8 do edital, vejamos:

10.6.8. Após análise, a CEL/SFB publicará a classificação ou a desclassificação fundamentada das propostas técnicas no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados a partir do primeiro dia útil após publicação no DOU. Havendo interposição, o recurso será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

No mesmo sentido dispõe o resultado de julgamento da concorrência nº 01/2020, senão vejamos:

32.649.283/0001-93), desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério "4 - Agregação de valor" com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme o artigo 109, I, b, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contados na forma do artigo 110 do mesmo diploma legal.

Desta forma, tendo o resultado sido publicado em **06/06/2022 (segunda-feira)**, e que a contagem do prazo iniciou-se em **07/06/2022 (terça-feira)**, temos que o presente prazo encerra-se em **13/06/2022 (segunda-feira)**, data em que se faz o presente protocolo, estando, portanto, o presente recurso tempestivo, pelo que deve ser conhecido e ter suas razões apreciadas.

**2 – IRREGULARIDADE NA ASSINATURA DA PROPOSTA TÉCNICA. ASSINATURA DIGITAL QUE NÃO PERMITE A VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE E VALIDAÇÃO OFFLINE. NECESSIDADE DE ASSINATURA DIGITAL POR MEIO DE CERTIFICAÇÃO AVANÇADA FACE AO CRITÉRIO SIGILOSO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E VINCULAÇÃO CONTRATUAL. VÍCIO INSANÁVEL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA FINALIDADE. INFRINGÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 14.063/2020 E DO DECRETO FEDERAL Nº 10.543/2020. NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTE DAS LICITANTES.**

Em 31/05/2022 a CEL/FLONA AMANA realizou a sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas das licitantes da Concorrência nº 01/2022, sendo que após a finalização dos trabalhos, esta CEL decidiu por classificar quase que a integralidade das licitantes, com exceção da licitante TRANSCONTINENTAL TIMBER COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI que havia descumprido o item 9.7.4.1 do edital.

Por ocasião do julgamento das propostas técnicas esta CEL decidiu classificar, dentre outras, as licitantes, e ora recorridas, **BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA** e **FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA**.

Sucedendo que, data máxima vênua, o julgamento proferido por esta CEL resta equivocado, e não merece prosperar, em virtude da nítida inconformidade na assinatura das respectivas propostas técnicas das recorridas alhures, visto que ambas optaram por efetuar a assinatura na modalidade virtual, sem, contudo, observar os critérios legais mínimos aplicáveis ao caso, e inclusive, exigidos no edital do certame e por esta CEL, conforme demonstraremos adiante.

*Ab initio*, deve-se destacar que a fase processual na qual se encontra o presente certame licitatório decorre a partir da análise de documentos gravados com status de sigilosos, haja vista que a

proposta técnica é critério crucial para o julgamento definitivo do certame, notadamente porque a modalidade da presente licitação é do tipo melhor técnica e preço.

Vale ressaltar que o próprio edital do certame estipula o grau de sigiloso as propostas técnicas eventualmente apresentadas pelas licitantes, sendo que as licitantes devem, inclusive, firmar compromisso no sentido de que formularam suas propostas de maneira autônoma e independente, conforme a declaração própria exigida no item 7.4.1.8 e anexo 8 do edital, que assim dispõe:

7.4.1.8. declaração de que a empresa licitante elaborou de forma independente sua proposta técnica e de preço.

O próprio edital do certame também delimita o modo de identificação dos envelopes que contém as propostas técnicas das licitantes, havendo expressa informação de que são documentos sigilosos, de acordo com o que prevê o item 1.7 e imagem abaixo:

1.7. Os envelopes nº 1, nº 2 e nº 3 serão entregues devidamente lacrados, indicando em sua parte externa:

INFORMAÇÃO SIGILOSA
ENVELOPE Nº 1 PROPOSTA TÉCNICA SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL (UMF) Nº XX (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) (CNPJ)

Nota-se, portanto, que o edital do certame ao prever a obrigatoriedade do caráter sigiloso das propostas busca garantir a aplicação do princípio da isonomia, a fim de que as licitantes não tenham conhecimento acerca das condições que serão ofertadas umas pelas outras. Isso significa, que nos procedimentos licitatórios deve ser observado o princípio do sigilo das propostas, consoante os ensinamentos do ilustre Professor Matheus Carvalho<sup>2</sup>:

Esse princípio não contradiz o princípio da publicidade, que deve ser observado na realização de licitação públicas.

De fato, a licitação é pública e os atos praticados no bojo do procedimento licitatório não podem ser sigilosos ou secretos, contudo, as propostas apresentadas pelos licitantes são sigilosas até a data de abertura dos envelopes, a ser feita em conjunto por todos os concorrentes, em sessão pública. Até esse momento, previamente determinado pelo edital, um licitante não pode saber da proposta do outro, pois a violação do sigilo da proposta representa improbidade administrativa e crime definido na própria lei de

<sup>2</sup> CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 6ª ed. Salvador: Juspodivm. 2019. P. 449.

licitações. Situação diversa configuraria privilégio de alguns licitantes em detrimento de outros, em ofensa clara ao princípio da isonomia.

Ou seja, não restam dúvidas quanto ao grau de sigilo que gozam as propostas técnicas referentes ao presente certame licitatório.

Dito isto, caberia as licitantes ora recorridas observar a forma prescrita em lei e exigida pela CEL para realização das assinaturas das propostas técnicas, sobretudo no presente caso em que optaram por realizar a assinatura digital simples por meio do *e-cpf*, o qual não possibilita aos interessados que confirmem a veracidade e autenticidade da assinatura, principalmente após a impressão física do documento, onde se torna impossível rastrear a assinatura do signatário (seja de modo físico, seja de modo virtual).

O próprio legislador federal, antevendo tais circunstâncias, trouxe a previsão legal de que, caso seja necessária a assinatura digital em documentos a serem apresentados a administração pública e que estes gozem de grau sigiloso, deve-se utilizar o método de certificação digital avançada, nos termos do que prevê a Lei Federal nº 14.063/2020 e o Decreto Federal nº 10.543/2020 destacados a seguir:

Lei Federal nº 14.063/2020:

Art. 5º. No âmbito de suas competências, ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo de cada ente federativo estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público.

§ 1º O ato de que trata o caput deste artigo observará o seguinte:

I - a assinatura eletrônica simples poderá ser admitida nas interações com ente público de menor impacto e que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo;

Decreto Federal nº 10.543/2020:

Art. 4º. Os níveis mínimos para as assinaturas em interações eletrônicas com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional são:

II - Assinatura eletrônica avançada - admitida para as hipóteses previstas no inciso I e nas hipóteses de interação com o ente público que, considerada a natureza da relação jurídica, exijam maior garantia quanto à autoria, incluídos:

a) as interações eletrônicas entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos que envolvam informações classificadas ou protegidas por grau de sigilo;

Constata-se que a intenção do legislador federal é justamente prevenir a adulteração de documentos confidenciais, razão pela qual elevaram o critério para a assinatura digital nesses casos, o que claramente não foi observado pelas recorridas BLUE TIMBER e FOREST ARK, visto que ambas se limitaram a apresentar suas respectivas propostas técnicas com assinatura digital simples, tornando-se inviável aferir a validade das referidas assinaturas, destacam-se alguns exemplos:

 BLUETIMBER

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amaná/PA

**Dados do Proponente**

Razão social da empresa:	BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA
CNPJ:	08.759.125/0001-01
Nome do representante da empresa:	RICARDO BATISTA TAMANHO
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
2 – Social	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
			1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim ( X )
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV =
			UMF III: 11	22	FAV =

RICARDO BATISTA TAMANHO  
Assinatura do Representante da Licitante  
Título da Concorrência nº 01/2022 – Anexo 10 – Página 1 de 1

**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amaná/PA

**Dados do Proponente**

Razão social da empresa:	FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ:	74.002.056/0001-11
Nome do representante da empresa:	ENDRIGO ENDERSON FERREIRA ROCHA
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	I – 83.703,10 Hectares

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
2 – Social	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
			1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim ( X )
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV =
			UMF III: 11	22	FAV =

ENDRIGO ENDERSON FERREIRA ROCHA  
Assinatura do Representante da Licitante

Ou seja, não há qualquer método virtual (ou físico) que assegure ou possibilite a esta CEL checar a veracidade e autenticidade das referidas assinaturas, razão pela qual as propostas técnicas apresentadas pelas recorridas devem ser desclassificadas, visto que padecem de graves vícios insanáveis.

Destarte, apenas à título de ilustração a fim de ratificar a irregularidade cometida pelas licitantes recorridas, cabe destacar o método de assinatura da proposta técnica da licitante AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA, que foi realizada de maneira inequívoca por meio de sistema virtual idôneo que assegura a possibilidade de reconhecer e conferir a validade da assinatura, conforme destacado a seguir:

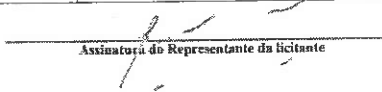
**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**  
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)  
**Concorrência nº 01/2022 – Floresta do Amanã/PA**



**Dados do Proponente**

Razão social da empresa:	AGRICOLA TANGARÁ LTDA
CNPJ:	08.881.343/0001-14
Nome do representante da empresa:	FERNANDO MICHELS BERKEMBROCK
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

**Proposta do critério melhor técnica**

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	- ha/ano
			UMF III: 0	2	- ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não ( ) Sim (x)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = -
			UMF III: 11	22	FAV = -

  
 Assinatura do Representante da licitante

Este documento foi assinado digitalmente por Fernando Michels Berkenbrock.  
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3F33-SCB0-21F6-CEB3.

Edital da Concorrência nº 01/2022 – Anexo 10 – Página 1 de 1

Verificação de assinaturas

✓ Corretamente assinado

Nome do documento

ENVELOPE 1 - UMFI - Proposta Técnica

Criado em:

25/05/2022 12:43

Hash do Documento:

4860398S2B8ACB445906FA82F88B10D27B29CD48884F73A40BDBB7C6EAE912B3

Assinado por:

✓ Fernando Michels Berkembrock

CPF: [REDACTED]

E-mail: fiscal@plarara.com.br

Em: 25/05/2022 09:43

▼ Detalhes

Versão para impressão

Versão original

Baixar assinaturas

Assinatura passível de conferência por meio do *site*

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> utilizando o código de verificação: 3F33-5D8C-21F6-CE0A

Ora, é nítido que no caso em questão as licitantes recorridas **BLUE TIMBER** e **FOREST ARK** inobservaram os princípios da legalidade<sup>3</sup> e da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que não se atentaram para a formalidade exigível pela lei e pela própria CEL, sob pena de que caso seja mantida a classificação das recorridas haja clara afronta a lei.

Ademais, caso seja permitida a classificação das licitantes recorridas no presente caso haveria evidente afronta ao princípio da finalidade, visto que a própria CEL deixaria de aplicar a expressa previsão legal supracitada ao deixar de exigir a forma prescrita em lei para assinatura digital de documentos sigilosos. Nesse sentido preleciona Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>4</sup>:

<sup>3</sup> Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Lei Federal nº 9784/99:

Art. 2º **A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade**, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

<sup>4</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Malheiros. 26ª edição. 2009.

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar>/QSRP9-AZ35N-CABX8-TNDRX.

registro  
de imóveis do Brasil

8



O princípio da finalidade determina que a atuação do agente público sempre visa a finalidade pública previamente estipulada em lei. assim, a finalidade estaria intimamente ligada ao princípio da legalidade, haja vista exigir que o poder público atue em respeito às disposições legais e visando alcançar os objetivos de interesse público que estão definidos na legislação.

A própria CEL, inclusive, informou expressamente a todos os interessados em concorrer ao certame do presente edital que, caso optassem por realizar a assinatura eletrônica, seria imprescindível que utilizassem método virtual passível de confirmação e autenticidade da assinatura, conforme exposto na Nota de Esclarecimento em resposta ao questionamento 23<sup>5</sup> destacado abaixo:

#### **QUESTIONAMENTO 23**

O edital do certame da Concorrência nº 01/2022 em seus itens 7.4.1, 7.4.2.13, 9.7 e 9.8 prevê que as declarações próprias, as propostas técnicas, propostas de preço, comprovação de vínculo do responsável técnico com a licitante, além de quaisquer outros documentos, deverão ser assinados pelos representantes legais das empresas licitantes.

Ocorre que, o referido edital não é preciso quanto a possibilidade de se utilizar a modalidade legal de assinatura digital, ou ainda, se seria necessário e indispensável a realização de assinatura física com firma reconhecida em todos os termos a serem apresentados pelas licitantes.

Diante do exposto, solicito os seguintes esclarecimentos acerca dos itens acima:

1. Para fins de cumprimento dos itens 7.4.1, 7.4.2.13, 9.7 e 9.8 previstos no edital do certame da Concorrência nº 01/2022, é possível que as licitantes firmem o compromisso junto a esta CEL por meio de assinatura digital? Caso positivo, é necessário que as assinaturas digitais sejam realizadas por meio de plataforma virtual, ou ainda, formato específico? Será considerada válida assinatura digital realizada por meio do e-cpf (token), ou somente aquelas assinaturas digitais realizadas nos padrões ICP-Brasil?
2. Caso seja aceita a modalidade de assinatura digital, existe algum outro documento adicional e específico que as licitantes devam apresentar com assinatura física com a firma reconhecida em cartório extrajudicial para fins de cumprimento do edital do certame da Concorrência nº 01/2022?

Resposta: Desde a criação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, em 2001, os documentos digitais passaram a ter validade jurídica no País. Destacamos o art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001: “Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória. § 1º As declarações constantes dos documentos em

<sup>5</sup> Nota de esclarecimento disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/concessoes-florestais/proximas-concessoes-editais-abertos/editais-abertos/flona-do-amana-lote-iii-licitacao/6001-sei-mapa-21822200-nota-de-esclarecimento-2022-05-24/file> Acesso em 09 jun de 2022.

forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.”

Neste sentido, permite-se a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que seja possível a confirmação de sua integridade e autenticidade.

Desta forma, requer-se que seja reformada a decisão proferida no Diário Oficial da União (DOU) SEÇÃO 3, Nº 106 do dia 06/06/2022 por esta CEL, a fim de que sejam desclassificadas as recorridas **BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA e FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA** de todo o certame licitatório da Concorrência nº 01/2022, haja vista que ambas apresentaram suas respectivas propostas técnicas em desacordo com o que previa o edital do certame e a própria lei.

### 3 – DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, a recorrente requer que V. Exa. digne-se a:

1. Receber e processar o presente recurso administrativo, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade, em especial a tempestividade, na forma do artigo 109, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93.
2. Que no mérito seja dado TOTAL provimento ao recurso ora interposto, a fim de que seja reformada *in totum* a **DECISÃO ADMINISTRATIVA PUBLICADA EM 06/06/2022 NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 106, SEÇÃO 3**, ensejando na desclassificação das recorridas abaixo descritas de todo o certame licitatório:
  - a. **BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA e FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA**, visto que ambas as licitantes apresentaram suas respectivas propostas técnicas em desacordo com o que previa o edital e a lei, notadamente porque se encontravam com assinatura digital simples sem qualquer possibilidade de verificar a autenticidade da assinatura digital, sendo que a legislação e a CEL permitem a utilização de assinatura digital, desde que seja possível realizar a validação das respectivas assinaturas, devendo ser considerado sobretudo, que as propostas técnicas são documentos que gozam de grau sigiloso, e para utilizar assinatura digital é indispensável que estas se ocorram por meio de certificação digital avançada.

Sucessivamente, caso não acatados os pedidos supracitados, o que não se crê, e se admite apenas em amor ao debate, requer-se que sejam realizadas diligências por esta CEL a fim de verificar a autenticidade das assinaturas constantes nas propostas técnicas das recorridas.

Nestes termos,

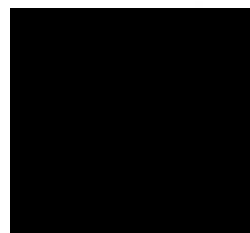
Pede e espera deferimento.

Belém/PA, 10 de junho de 2022.

**EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA**  
**CNPJ nº 15.294.432/0001-20**



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: QSRP9-AZ35N-CABX8-TNDRX

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Leônidas Dahás Jorge de Souza (CPF [REDACTED])

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QSRP9-AZ35N-CABX8-TNDRX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>